

Demonstrações Financeiras

CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A.

30 de junho de 2021

com relatório do auditor independente sobre as
demonstrações financeiras

CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A.

Demonstrações financeiras

30 de junho de 2021

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	3
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração do fluxo de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos administradores e acionistas da
CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A. (“Corretora”) que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A. em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Corretora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Corretora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Corretora de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Corretora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Corretora. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de agosto de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6


Fabricio Aparecido Pimenta
Contador CRC- 1SP241659/O-9



CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de reais)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Disponibilidades	4	31	83	Provisões	8	1.299	857
Instrumentos Financeiros		<u>27.579</u>	<u>28.004</u>	Outras Obrigações		<u>2.093</u>	<u>2.644</u>
Aplicações Interfinanceiros de Liquidez	5	27.122	27.553	Diversos	9	2.093	2.644
Títulos e Valores Mobiliários	6	457	451	Obrigações Fiscais Diferidas	11. c	3.387	3.435
Outros Ativos		<u>1.605</u>	<u>1.648</u>	Patrimônio Líquido		<u>22.436</u>	<u>22.799</u>
Diversos	7	1.605	1.648	Capital social		<u>12.595</u>	<u>12.595</u>
				De domiciliados no País	12. a	12.595	12.595
				Reserva Legal		2.519	2.519
				Reserva Especial de lucro		7.685	7.685
				Prejuízos Acumulados		(363)	-
Total do Ativo		<u>29.215</u>	<u>29.735</u>	Total do Passivo		<u>29.215</u>	<u>29.735</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E DE 2020

(Em milhares de reais, exceto o lucro (prejuízo) por ação)

	Nota	2021	2020
Receitas da intermediação financeira		346	478
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	15	346	478
Resultado bruto da intermediação financeira		346	478
Outras receitas (despesas) operacionais		(723)	(412)
Outras despesas administrativas	16	(294)	(325)
Despesas tributárias	17	(17)	(23)
Outras receitas operacionais	18	247	5
Outras despesas operacionais	19	(659)	(69)
Resultado operacional		(377)	66
Resultado não operacional		-	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro		(377)	66
Imposto de Renda e Contribuição Social	11.a	14	(19)
Provisão para imposto de renda		(17)	(9)
Provisão para contribuição social		(17)	(10)
Reversão de passivo fiscal diferido		48	-
Lucro (Prejuízo) líquido dos semestres		(363)	47
Quantidade de ações do capital social - lote de mil	12.a	4.686	4.686
Lucro por lote de mil ações - em R\$		(77,47)	10,03

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E DE 2020

(Em milhares de reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro (Prejuízo) Líquido dos semestres	(363)	47
Outros Resultados Abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado Abrangente Total	<u>(363)</u>	<u>47</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E DE 2020

(Em milhares de reais)

	Reservas de Lucros				Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Especial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	12.595	2.518	6.855	-	21.968
Lucro do semestre	-	-	-	47	47
Constituição de reservas (Nota explicativa 12.c)	-	-	47	(47)	-
Saldos em 30 de Junho de 2020	<u>12.595</u>	<u>2.518</u>	<u>6.902</u>	<u>-</u>	<u>22.015</u>
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	12.595	2.519	7.685	-	22.799
Prejuízo do semestre	-	-	-	(363)	(363)
Saldos em 30 de Junho de 2021	<u>12.595</u>	<u>2.519</u>	<u>7.685</u>	<u>(363)</u>	<u>22.436</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E DE 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro (Prejuízo) líquido dos semestres		(363)	47
Ajustes ao lucro:			
Provisões para riscos	10.b	420	30
Total dos ajustes		420	30
Lucro líquido ajustado		57	77
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Aumento em aplicações interfinanceiras de liquidez		(110)	(191)
Aumento em títulos e valores mobiliários		(6)	-
Redução em outros ativos		43	366
Redução em outras obrigações		(551)	(828)
Impostos pagos		(26)	(38)
Caixa líquido (aplicado) oriundo nas atividades operacionais		(650)	(691)
Dividendos pagos		-	-
Redução de caixa e equivalentes de caixa		(593)	(614)
No início dos semestres	4	18.646	16.539
No fim dos semestres	4	18.053	15.925

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA 30 DE JUNHO DE 2021
(Em milhares de reais)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A. (“Corretora”) pertencente ao Conglomerado CGD (Grupo Caixa Geral de Depósitos) desde 2012, iniciou suas atividades no mercado financeiro brasileiro em 01 de setembro de 2005.

No ano de 2015, as operações da CGD ficaram reduzidas ao mínimo regulatório, tendo sido integradas na estrutura do Banco Caixa Geral – Brasil S.A.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil – BACEN e Conselho Monetário Nacional – CMN, apresentadas em conformidade com a Resolução BCB nº 2/2020 e com a Resolução CMN nº 4.818/20.

A partir de janeiro de 2020, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.720/19 e da Circular Bacen nº 3.959/19, posteriormente consolidadas na Resolução BCB nº 2/2020 e na Resolução CMN nº 4.818/20, foram incluídas nas demonstrações financeiras. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade das diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras com as normas internacionais de contabilidade.

As principais alterações implementadas foram: a) As contas do Balanço Patrimonial estão sendo apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; e b) Os saldos do Balanço Patrimonial do período estão sendo apresentados comparativamente com os do final do exercício social imediatamente anterior. As demais demonstrações estão sendo comparadas com os mesmos períodos do semestre anterior para as quais foram apresentadas.

As alterações implementadas pelas normas não impactaram o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Os pronunciamentos contábeis aprovados são:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao valor recuperável de ativos;
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do fluxo de caixa;
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre partes relacionadas;
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes;
- Resolução nº 3.973/11 - Evento subsequente;

Resolução nº 3.989/11 - Pagamento baseado em ações;
Resolução nº 4.007/11 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro;
Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento conceitual básico;
Resolução nº 4.424/12 - Benefícios a empregados;
Resolução nº 3.959/19 - Resultado por ação; e
Resolução nº 4.748/19 – Mensuração do valor justo.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 27 de agosto de 2021.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Corretora.

3. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

Apresentamos a seguir o resumo das principais práticas contábeis:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias e cambiais computados sobre os ativos e passivos indexados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a noventa dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Corretora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações com cláusula de atualização monetária e as operações com encargos prefixados estão registradas a valor presente e calculadas “pró-rata” dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados.

d) Títulos e valores mobiliários

São classificados na carteira de “negociação”, avaliados a valor de mercado, e seus ajustes são contabilizados em contrapartida à conta adequada de receitas e despesas do semestre.

Os títulos classificados na categoria de “títulos para negociação” são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do semestre, sendo classificados no Ativo Circulante, independente do seu vencimento.

A Corretora, em conformidade com o CPC 46 / Resolução nº 4.748/2019 do Banco Central do Brasil, usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível, para mensuração do valor justo dos seus ativos. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

e) Ativos e passivos

Os ativos e passivos são demonstrados pelo custo, incluindo os rendimentos, encargos, e as variações monetárias auferidos, deduzidos, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes a valor de mercado.

f) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09.

- **Ativos contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabe mais nenhum recurso;
- **Provisões para riscos** - são avaliados por assessores jurídicos e pela Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa que possa gerar uma saída de recursos que seja mensurável com suficiente segurança. São constituídas provisões para os processos classificados como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e divulgados em notas explicativas;
- **Passivos contingentes** - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota, e;
- **Obrigações legais: Fiscais e Previdenciárias** - referem-se a demandas judiciais em que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, provisionado e atualizado mensalmente.

g) Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda é calculado pela alíquota de 15%, com um adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$ 240 no exercício, ajustados pelas adições e exclusões previstas na legislação. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 15% do lucro antes dos impostos.

h) Uso de estimativas

Estas demonstrações financeiras incluem estimativas que foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação de instrumentos financeiros a valores justos e a provisão para riscos contingentes. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes, em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>jun/21</u>	<u>jun/20</u>
Disponibilidades	31	204
Aplicações em depósitos interfinanceiros	<u>18.022</u>	<u>15.721</u>
Total	<u><u>18.053</u></u>	<u><u>15.925</u></u>

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	<u>Junho de 2021</u>			<u>Dezembro de 2020</u>		
	<u>Até 3 meses</u>	<u>De 1 a 3 anos</u>	<u>Total</u>	<u>Até 3 meses</u>	<u>De 1 a 3 anos</u>	<u>Total</u>
Aplicações em depósitos interfinanceiros	<u>18.022</u>	<u>9.100</u>	<u>27.122</u>	<u>18.563</u>	<u>8.990</u>	<u>27.553</u>
Total	<u><u>18.022</u></u>	<u><u>9.100</u></u>	<u><u>27.122</u></u>	<u><u>18.563</u></u>	<u><u>8.990</u></u>	<u><u>27.553</u></u>

Em 30 de junho de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, as aplicações em depósitos interfinanceiros, no montante de R\$ 9.100 (R\$ 8.990 em 2020), referem-se a recursos financeiros garantidos em “escrow account”, devido a venda da participação que a Corretora possuía na Ricco DTVM S.A.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Composição e abertura de títulos e valores mobiliários por prazo de vencimento

	<u>Junho de 2021</u>		<u>Dezembro de 2020</u>	
	<u>Valor de custo</u>	<u>Valor de mercado</u>	<u>Valor de custo</u>	<u>Valor de mercado</u>
Títulos para negociação:				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (*)				
De 3 a 5 anos	<u>458</u>	<u>457</u>	<u>452</u>	<u>451</u>
Total de títulos para negociação	<u><u>458</u></u>	<u><u>457</u></u>	<u><u>452</u></u>	<u><u>451</u></u>
Circulante	<u>458</u>	<u>457</u>	<u>452</u>	<u>451</u>
Total de títulos e valores mobiliários	<u><u>458</u></u>	<u><u>457</u></u>	<u><u>452</u></u>	<u><u>451</u></u>

Os títulos classificados na categoria “negociação” estão apresentados no ativo circulante independente de seu vencimento. Em 30 de junho de 2021, a Corretora não fez reclassificações entre as categorias “negociação”, “disponível para venda” e “mantidos até o vencimento”.

Os títulos e valores mobiliários encontram-se custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC.

(*) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é calculado através dos preços de referência de mercado divulgados pela ANBIMA. Portanto, classificados como Nível 1.

7. OUTROS ATIVOS - DIVERSOS

	<u>jun/21</u>	<u>dez/20</u>
Impostos e contribuições a compensar	793	956
Devedores por depósitos em garantia (nota nº 10.a)	671	430
Títulos e créditos a receber	40	160
Despesas antecipadas	71	81
Outros	<u>30</u>	<u>21</u>
Total	<u>1.605</u>	<u>1.648</u>
Circulante	103	168
Não Circulante	1.502	1.480

8. PROVISÕES

	<u>jun/21</u>	<u>dez/20</u>
Provisão para riscos trabalhistas (*)	571	800
Provisão para riscos cíveis (nota 10.a)	649	-
Fornecedores a pagar	33	13
Publicação e serviços de assessoria	<u>46</u>	<u>44</u>
Total	<u>1.299</u>	<u>857</u>
Circulante	728	57
Não Circulante	571	800

(*) Refere-se as ações trabalhistas de ex-funcionários da Corretora que estão sendo discutidos na esfera judicial e que o assessor jurídico julga como “provável” a perda (nota 10a).

9. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

	<u>jun/21</u>	<u>dez/20</u>
Dividendos a pagar	33	33
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	34	636
Impostos e contribuições a recolher	6	3
Credores - Conta Liquidações Pendentes	<u>2.020</u>	<u>1.972</u>
Total	<u>2.093</u>	<u>2.644</u>
Circulante	2.093	2.644

10. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas:

Descrição	Junho de 2021		Dezembro de 2020	
	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais
Provisões para riscos cíveis: (a)	649	120	-	118
Provisões para riscos trabalhistas: (b)	<u>571</u>	<u>551</u>	<u>800</u>	<u>312</u>
Total	<u>1.220</u>	<u>671</u>	<u>800</u>	<u>430</u>

- (a) Em 30 de junho de 2021, a Corretora possuía 7 processos de natureza cível (7 em dezembro de 2020), no montante total de R\$ 251 (R\$251 em dezembro de 2020), classificados pelos nossos assessores jurídicos como perda possível. O único processo cível, classificado como perda provável, é de R\$ 649, e se refere a acordo realizado com a Comissão de Valores Mobiliários para encerramento de processo administrativo.
- (b) Em 30 de junho de 2021, a Corretora possui 3 processos de natureza trabalhista (3 em dezembro de 2020), sendo 2 classificados como prováveis pelos nossos assessores jurídicos, no montante de R\$ 571 (2 em dezembro de 2020, no montante de R\$ 800), e 1 classificado como possível pelos nossos assessores jurídicos, no montante de R\$ 4 (1 em dezembro de 2020, no montante de R\$ 4).

A Corretora está discutindo na esfera administrativa da Receita Federal a autuação da dedutibilidade da amortização do ágio, no montante de R\$ 45.564, na base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, dos anos calendário de 2013 e 2014. O nosso assessor jurídico classificou como possível a perda para este processo.

b) Movimentação das provisões para riscos:

	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2019	525	-	525
Constituição (nota nº 19)	30	-	30
Pagamento processo trabalhista	<u>(21)</u>	<u>-</u>	<u>(21)</u>
Saldo em 30/06/2020	<u>534</u>	<u>-</u>	<u>534</u>
	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2020	800	-	800
Constituição (nota nº 19)	6	649	655
Reversão (nota nº 18)	<u>(235)</u>	<u>-</u>	<u>(235)</u>
Saldo em 30/06/2021	<u>571</u>	<u>649</u>	<u>1.220</u>

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Os encargos com imposto de renda e contribuição social estão assim apresentados:

	<u>jun/21</u>	<u>jun/20</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro, líquido da participação no lucro.	(377)	66
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%	113	(20)
Efeito das adições e (exclusões) na apuração do imposto:	(36)	(5)
Outras despesas indedutíveis / outras receitas não tributáveis	(36)	(5)
Efeito das adições e (exclusões) temporárias na apuração do imposto:	(114)	(2)
MTM de TVM	-	-
Constituição provisões para contingências cíveis	(195)	-
(Constituição) Reversão de provisões para contingências trabalhistas	69	(3)
Outros	12	1
Prejuízo fiscal e base negativa utilizada (30% do lucro)	15	8
Reversão de passivo fiscal diferido	36	-
Resultado de imposto de renda e da contribuição social dos semestres	<u>14</u>	<u>(19)</u>

b) Composição do crédito tributário sobre diferenças temporárias

A Corretora possui créditos tributários não contabilizados. Os benefícios do imposto de renda e da contribuição social serão reconhecidos quando efetivamente realizados ou quando as perspectivas para sua recuperação se tornarem factíveis, de acordo com as regras estabelecidas na Resolução CMN nº 4.842/20.

	<u>jun/21</u>	<u>dez/20</u>
Prejuízo fiscal e base negativa	14.826	14.846
Outras provisões temporárias	783	943
Total de créditos tributários não contabilizados	<u>15.609</u>	<u>15.789</u>

c) Composição de obrigações diferidas

	<u>jun/21</u>	<u>dez/20</u>
Pis a recolher - "Escrow Account"	(49)	(49)
Cofins a recolher - "Escrow Account"	(302)	(302)
CSLL a recolher - "Escrow Account"	(1.133)	(1.133)
IRPJ a recolher - "Escrow Account"	(1.887)	(1.887)
CSLL a recolher - Recuperação - Créd Baixado Prej	(6)	(24)
IRPJ a recolher - Recuperação - Créd Baixado Prej	(10)	(40)
Total de obrigações diferidas	<u>(3.387)</u>	<u>(3.435)</u>

d) Movimentação dos créditos tributários e obrigações diferidas

	<u>dez/19</u>	(Constituição) <u>/ realização</u>	<u>dez/20</u>
Pis a recolher - "Escrow Account"	(65)	16	(49)
Cofins a recolher - "Escrow Account"	(403)	101	(302)
CSLL a recolher - "Escrow Account"	(1.509)	376	(1.133)
IRPJ a recolher - "Escrow Account"	(2.517)	630	(1.887)
CSLL a recolher - Recuperação - Créd Baixado Prej	-	(24)	(24)
IRPJ a recolher - Recuperação - Créd Baixado Prej	-	(40)	(40)
Total	<u>(4.494)</u>	<u>1.059</u>	<u>(3.435)</u>

	<u>dez/20</u>	(Constituição) <u>/ realização</u>	<u>jun/21</u>
Pis a recolher - "Escrow Account"	(49)	-	(49)
Cofins a recolher - "Escrow Account"	(302)	-	(302)
CSLL a recolher - "Escrow Account"	(1.133)	-	(1.133)
IRPJ a recolher - "Escrow Account"	(1.887)	-	(1.887)
CSLL a recolher - Recuperação - Créd Baixado Prej	(24)	18	(6)
IRPJ a recolher - Recuperação - Créd Baixado Prej	(40)	30	(10)
Total	<u>(3.435)</u>	<u>48</u>	<u>(3.387)</u>

e) Expectativa de realização e valor presente das obrigações diferidas

Para o cálculo do valor presente, foi utilizada como custo de captação a taxa SELIC atual, aplicada sobre o valor nominal. O valor presente das obrigações diferidas totalizavam R\$ 3.254 (R\$ 3.302 em dezembro de 2020).

	<u>1 ano</u>	<u>2 anos</u>	<u>3 anos</u>	<u>Total</u>
Obrigações diferidas	1.139	1.124	1.124	3.387

As obrigações diferidas serão realizados em conformidade com os prazos definidos no contrato de "Escrow Account" para a liberação dos recursos que estão bloqueados.

Através da Medida Provisória nº 1.034 de 1º de março de 2021, convertida na Lei nº 14.183/2021, a alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido foi elevada para 20% a partir de 1º de julho de 2021 com efeito até o dia 31 de dezembro de 2021.

A majoração da alíquota de Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido dada pela Medida Provisória nº 1.034/2021 convertida na Lei nº 14.183/2021, não produziu efeitos sobre os passivos fiscais diferidos em 30 de junho de 2021.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 30 de junho de 2021 e de 2020, o capital social subscrito e integralizado, está representado por 4.685.908 ações, sem valor nominal sendo 2.342.954 ações ordinárias e 2.342.954 ações preferenciais.

b) Destinações do lucro líquido

O estatuto assegura aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustados nos termos da legislação societária.

Em Assembléia Geral Ordinária, realizada no dia 1º de julho de 2021, foi aprovado o pagamento de dividendos, no montante de R\$ 33.

Os dividendos foram pagos no mês de julho de 2021.

c) Reservas de lucro

As reservas de lucros foram constituídas em cumprimento das exigências estabelecidas na legislação e conforme previsto na Resolução CMN 3.605/08. Conforme estatuto social, foram constituídas reservas de lucro de R\$ 47 em 2020.

d) Lucro por ação

O lucro por ação básico foi calculado e está sendo apresentado na demonstração de resultado da Corretora. Em 30 de junho de 2021 e de 2020, o lucro por ação diluído é igual ao lucro por ação básico.

13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Corretora realiza operações com partes relacionadas e suas informações são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 3.750/09, observado o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação de Partes Relacionadas, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, considerando-se ausência de risco, conforme abaixo:

	Grau de relação	Junho de 2021		Dezembro de 2020	
		Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Disponibilidades					
Banco Caixa Geral - Brasil S.A.	Controladora	5	-	57	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez Banco Caixa Geral - Brasil S.A.	Controladora	18.022	229	18.563	447
Outras obrigações - sociais e estatutárias Banco Caixa Geral - Brasil S.A.	Controladora	(33)	-	(33)	-

14. GERENCIAMENTO DE RISCOS - ACORDO DA BASILÉIA

A Corretora adotou estrutura voltada para o gerenciamento e mitigação dos riscos inerentes das operações intermediadas. Esta estrutura visa assegurar que as políticas e os procedimentos

estão sendo seguidos. Uma descrição mais detalhada da estrutura de riscos está disponível no site www.bcgbrasil.com.br/Divulgacao-informacoes/Gestao-Risco, que não fazem parte dessas demonstrações financeiras.

Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.193/13, a apuração do Patrimônio de Referência Exigido - PRE para integrantes de conglomerado financeiro deve ser calculado de forma consolidada. Desta forma, a apuração do índice da Basileia da CGD Investimentos Corretora de Valores e Cambio S.A, apresentado pelo Conglomerado da CGD, em 30 de junho de 2021, é de 37,82% (35,89% em dezembro de 2020).

15. RESULTADO DE OPERAÇÕES COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>jun/21</u>	<u>jun/20</u>
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	338	468
Resultado com títulos de renda fixa	<u>8</u>	<u>10</u>
Total	<u>346</u>	<u>478</u>

16. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>jun/21</u>	<u>jun/20</u>
Comunicação	(10)	(14)
Processamento de dados	(39)	(72)
Serviços do sistema financeiro	(67)	(113)
Serviços técnicos especializados	(87)	(26)
Serviço de terceiros	(36)	(34)
Publicações	(19)	(22)
Seguros	(22)	(22)
Outras	<u>(14)</u>	<u>(22)</u>
Total	<u>(294)</u>	<u>(325)</u>

17. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	<u>jun/21</u>	<u>jun/20</u>
COFINS	(14)	(19)
PIS	(2)	(3)
Outras	<u>(1)</u>	<u>(1)</u>
Total	<u>(17)</u>	<u>(23)</u>

18. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	<u>jun/21</u>	<u>jun/20</u>
Atualização de depósitos judiciais	2	2
Reversão de provisões operacionais	-	2
Reversão de provisões trabalhistas	235	-
Outros	<u>10</u>	<u>1</u>
Total	<u>247</u>	<u>5</u>

19. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>jun/21</u>	<u>jun/20</u>
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	(655)	(30)
Outras despesas	<u>(4)</u>	<u>(39)</u>
Total	<u>(659)</u>	<u>(69)</u>

20. RESULTADOS NÃO RECORRENTES

Conforme disposto na Resolução BCB nº 02/2020, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Corretora e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O saldo do resultado não recorrente em 30 de junho de 2021, líquido dos efeitos fiscais, está assim demonstrado:

	<u>jun/21</u>
Processo cível (CVM)	(454)

Em 30 de junho de 2020, não houve resultado classificado como não recorrente.

A Diretoria

Diretor

Lúcio Fábio Tavares Garcia

CRC 1SP 223.923/O-4
